

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA REUNI E DO SISU NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

ANDRIA CAROLINE ANGELO SANTIN¹;
PATRÍCIA R. C. DA CUNHA²

¹*Universidade Federal de Pelotas- andria.santin@ufpel.edu.br*

²*Universidade Federal de Pelotas - patchavescunha@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva realizar uma análise aprofundada sobre o processo de implementação da política de expansão do ensino superior público –REUNI - e a implementação do Sistema de Seleção Unificada – SISU e os impactos gerados – pela implantação dessas duas políticas na UFPel - no desenvolvimento (social, econômico, cultural) do município de Pelotas. Assim, localiza-se na área de conhecimento da ciência política.

A partir dos anos 90, a política pública de educação superior brasileira passou por um processo de rápidas mudanças no que diz respeito à ampliação e reestruturação do ensino superior. Houve um considerável aumento não só no número de cursos e instituições públicas, mas, principalmente, no número de instituições de ensino privadas. Tal fato deve-se à minimização do papel do Estado, marcado pela interpenetração das esferas pública e privada em detrimento da primeira (DOURADO, 2002). Esse processo é resultante de uma nova fase de reestruturação capitalista e é marcado por políticas de centralização, de diferenciação e de diversificação institucional e, especialmente de privatização da esfera pública (DOURADO, 2002, p.2). Observa-se que, no ano de 1994, as IES públicas totalizavam 218 unidades, já no ano de 2002, esse número foi reduzido a 195 instituições.

Na década de 2000, pode-se notar, novamente, um movimento de intensa ampliação e reorganização dos institutos e universidades realizado pelo Governo Federal. Instituições de ensino privado cresceram massivamente, mas IES públicas voltaram a apresentar um crescimento considerável. O início desse processo pode ser detectado na análise de dados do Censo da Educação Superior de 2005, quando o Governo Federal diagnosticou a realidade da educação superior no país e a classificou como incompatível com as demandas da sociedade brasileira. Essa constatação deu início a programas diferenciados, que buscavam desenvolver, expandir e inovar a educação superior brasileira e nortearam a política pública de expansão e reestruturação das Universidades Federais, tais como o Programa de reestruturação e expansão das Universidades Federais – REUNI -, e o Sistema de Seleção Unificada – SISU. Conforme documento apresentado pela cartilha oficial do REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais do Plano de Desenvolvimento da Educação – em 2005, o Brasil ainda conservava modelos de formação acadêmica e profissional superados em muitos aspectos, tanto acadêmicos como institucionais, e precisava passar por profundas transformações. Segundo o documento, prevalecia no sistema nacional uma concepção fragmentada do conhecimento, resultante de reformas universitárias parciais e limitadas nas décadas de 1960 e 1970 do século passado que não respondiam às necessidades e expectativas da população.

Assim, em 2007, o Ministério da Educação (MEC) deu início e instituiu pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Reuni, um programa que integra o Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE) e tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. (REUNI – REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS, PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO, 2008).

Além do REUNI, o governo federal, através do Ministério da Educação, inovou ao desenvolver o sistema de seleção unificado – SISU, que consiste em um sistema informatizado onde as instituições públicas de ensino superior ofertam vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio – Enem (SISU, MEC, 2012).

Com a implementação da política de expansão REUNI e do sistema de seleção SISU, pôde-se perceber algumas transformações físicas, econômicas, sociais e culturais nas Universidades Federais. No relatório do primeiro ano do Programa, dentre as universidades que aderiram ao REUNI na primeira chamada, a vigésima-quarta (24) posição é ocupada pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel, a qual implantou o programa no primeiro semestre do ano de 2008. A Universidade, ainda, combinou a adesão ao REUNI à implementação do sistema SISU – Sistema de Seleção Unificado, sendo, portanto, uma das pioneiras na implementação dessa política pública.

Este trabalho parte do pressuposto de que a UFPel, desde sua criação, em 1968, era vista como uma forma de trazer mais dinamismo à economia pelotense e auxiliar na solução dos problemas históricos que entravavam, na visão dos seus promotores, o desenvolvimento da região sul como um todo (LONER, 1999, p. 45). Para além, a intenção de escolarizar a população brasileira e, mais recentemente, de estender seus níveis de escolaridade esteve sempre relacionada à ideia – que goza de amplo consenso – de que a educação é indispensável à concretização do projeto de desenvolvimento (VALLE, MIZUKI, CASTRO, 2004). Assim, observando a intensa ampliação e reorganização da Universidade Federal de Pelotas, cabe realizar uma análise aprofundada sobre o processo de implementação da política de expansão do ensino superior público –REUNI - e a implementação do Sistema de Seleção Unificada – SISU e os impactos gerados - pela implantação dessas duas políticas na UFPel - no desenvolvimento (social, econômico, cultural) do município de Pelotas.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa aqui proposta se dá em duas etapas, em um primeiro momento o tema é abordado de forma quantitativa e em um segundo, é realizada a análise de dados. A análise da implementação dos programas REUNI e SISU na Universidade Federal de Pelotas é executada utilizando o item um (1) da tipologia de *análise de política* proposta por HOGWOOD e GUN (1981 e 1984)¹ que permite realizar o estudo do conteúdo das políticas (*study of policy content*), no qual os analistas procuram descrever e explicar a gênese e o desenvolvimento de políticas, isto é, determinar como elas surgiram, como foram implementadas e quais os seus resultados (GAPI – UNICAMP, 2002). Assim tal item permite contemplar todos os

¹ Para maiores informações sobre o assunto ler: GAPI-UNICAMP, 2002 “Metodologia de Análise de Políticas Públicas”.

aspectos aspirados neste estudo. Para além, a metodologia utilizada, se apropria do modelo neo-institucional para explicar as políticas públicas de educação superior - REUNI E SISU – pois este é hoje, indiscutivelmente, uma referência fundamental para o estudo das políticas públicas [...] e contempla fatores de grande importância analítica, e de grande poder explicativo, para o entendimento de processos de tomada de decisões públicas. (ROCHA, 2005)

O modelo neo-institucional, portanto, apresenta uma ferramenta adequada para este estudo de caso, pois além de permitir um estudo aprofundado dos programas REUNI e SISU, é o modelo que melhor explica a realidade e as políticas em um país latino-americano (SCHMIDT, 2003).

Inicialmente, com o intuito de obter informações sobre os programas de educação superior REUNI e SISU, suas características e sua implementação na Universidade Federal de Pelotas, é necessária a realização de uma revisão bibliográfica acerca dos temas: políticas públicas, políticas públicas de educação superior, REUNI, SISU, cidade de Pelotas e Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Na segunda etapa, é efetuada a coleta de dados primários nas unidades acadêmicas da UFPel, referente aos quatro anos antes da implementação do REUNI e do SISU (2004-2007) e aos quatro anos depois (2008-2011), nas secretarias da cidade de Pelotas (secretaria de cidadania, cultura, educação, desenvolvimento econômico e saúde) e dados secundários nos sites de institutos oficiais que disponibilizam estas informações, tais como o IBGE e o IPEA.

Esta coleta é realizada a partir da definição do conceito de desenvolvimento sustentável proposto pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-PB), em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Conceito, este, que gerou uma metodologia capaz de mensurar o nível de sustentabilidade de municípios, denominada Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM), o qual se apresenta da seguinte forma: Dimensão social, demográfica, econômica, político-institucional, ambiental e cultural.

Este trabalho apropria-se deste índice como parâmetro, buscando adaptá-lo para analisar a realidade da cidade e a efetiva participação da Universidade Federal de Pelotas em cada dimensão antes e depois da implementação dos programas REUNI e SISU. Após, realiza-se o cálculo para analisar o percentual de participação da UFPel na variação destas dimensões, o qual permite perceber o grau de presença e influência da universidade no desenvolvimento do Município e em quais aspectos esta participação foi aumentada após a implementação dos referidos programas.

Os documentos obtidos são analisados e seus dados compilados. Todos os dados e índices utilizados neste trabalho são tratados, com o auxílio de instrumentos como programas estatísticos para Ciências Sociais (SPSS), e passam por testes de associação e análise estatística de frequência e correlação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A política de expansão da educação superior – REUNI – e o sistema de seleção – SISU – foram implementados na Universidade Federal de Pelotas de forma bastante rápida (no período de um ano), o que ocasionou um crescimento “desregulado” e desigual entre as unidades, centros e departamentos da Universidade. Apesar deste crescimento desigual, envolvendo a estrutura física e o número de alunos, professores e técnicos administrativos da Universidade Federal de Pelotas, a cidade de Pelotas sofreu um impacto positivo em seu desenvolvimento, ou seja, a presença (aumentada) da Universidade Federal de

Pelotas proporcionou um maior desenvolvimento em vários aspectos na cidade de Pelotas. A política pública REUNI e o sistema de seleção SISU, ainda, ampliaram o acesso da juventude de Pelotas e cidades circunvizinhas ao ensino superior e proporcionaram uma maior oferta de serviços da Universidade à comunidade local.

4. CONCLUSÕES

Analisando as principais orientações das políticas públicas educacionais do país, no nível superior, implementadas no Brasil, na última década, o presente trabalho demonstra que, apesar de uma expansão significativa do ensino superior público, (principalmente com os programas executados nos últimos anos – Programa de Expansão Fase I e REUNI), a educação superior ainda é uma realidade distante de muitos jovens brasileiros e massivamente ofertada por instituições de ensino superior privadas, comprometendo a democratização do ensino superior no Brasil. Para além, parte dos dados coletados nesta pesquisa demonstram que a UFPel interfere positivamente no desenvolvimento do Município de Pelotas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRETCHE, M. **Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro/São Paulo. Editora Revan/FAPESP, 2000.
- BRASIL, Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Acessado em 06/04/2012. Online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm
- BRASIL, Ministério da Educação. **O que é o REUNI**, Brasília, 25 mar. 2010. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Acessado em 04/04/2012. Online. Disponível em: http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=2
- DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90. **Educação Social**, Campinas, v.23,n.80, p.234-252, 2002.
- LIMA, K. R. R., PRADO, F. H. S., VIEIRA, R. B. Políticas Públicas de “democratização” da Educação Superior no Governo Lula: ENEM, PROUNI, REUNI. **V Encontro Brasileiro de Educação e Emancipação Humana**. Florianópolis, v.5, n.1, p.1-14, 2011.
- Ministério da Educação. **Sistema de Seleção Unificada**, Brasília, 20 mar. 2009. SISU. Acessado em 06/04/2012. Online. Disponível em: <http://www.sisu.mec.gov.br/SEBRAE>.
- Cálculo e Análise do Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM)**. Paraíba, 2006. Acessado em 23 mar. 2012. Online. Disponível em: <http://pbsrvlamp.sebraepb.com.br/metodologiaIDSM.pdf>
- SEN, Amartya. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SGUISSARDI, V. Modelo de Expansão da Educação Superior no Brasil: Predomínio Privado/Mercantil e Desafios para a Regulação e a Formação Universitária. **Educação Social**, Campinas, v.29, n.105, p.991-1022, 2008.
- VALLE, I. R. MIZU, G. E. P. CASTRO, I. M. F. Democratizar, Descentralizar, Municipalizar: A Expansão do Ensino Fundamental Catarinense. **Caderno de Pesquisa**, Porto Alegre, v.34, n.121, p.187-212, 2004.